

● URBANISMO

Galgamentos e derrocadas desafiam obra de 3 milhões

RICARDO DUARTE FREITAS
rfreitas@dnoticias.pt

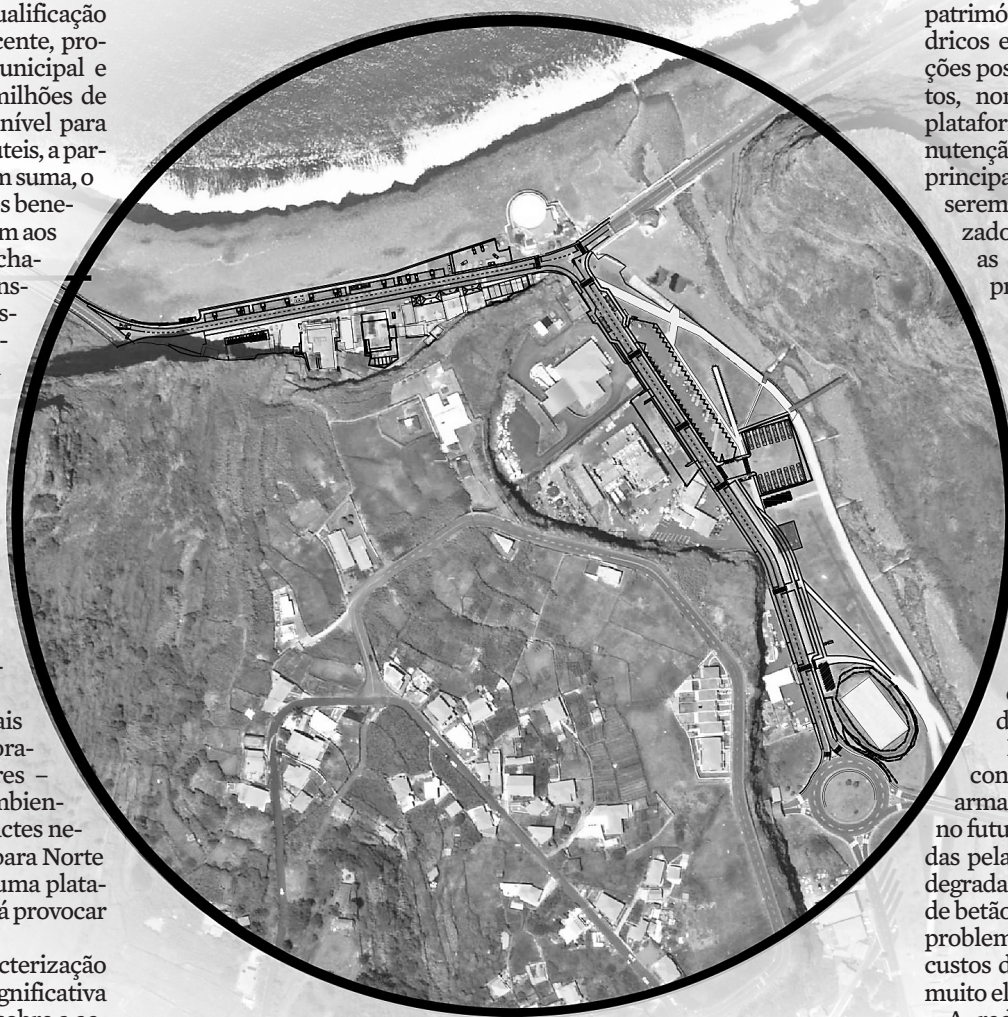
O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projecto de requalificação da frente mar de São Vicente, promovido pela Câmara Municipal e que custará cerca de 3 milhões de euros, encontra-se disponível para consulta durante 30 dias úteis, a partir desta segunda-feira. Em suma, o relatório reconhece que os benefícios da obra se sobrepõem aos impactes negativos mas chama a atenção para os “constrangimentos” que os riscos de galgamento costeiro, de aluvião, de queda de pedras e das vibrações da obra poderão provocar na plataforma a edificar, na manutenção desta e na segurança estrutural. Sugere mesmo que seja desenvolvido uma análise do custo benefício associado não só à “robustez da obra” como também à “manutenção da mesma”.

Um dos aspectos mais pertinentes do EIA, elaborado pela ‘Simbiente Açores – Engenharia e Gestão Ambiental’, diz respeito aos impactes negativos que a ampliação para Norte - no sentido do mar - de uma plataforma com 950 m² poderá provocar na dinâmica costeira.

“De acordo com a caracterização elaborada, uma parte significativa da obra será implantada sobre a actual praia de calhou rolado, o que poderá desencadear a alteração da dinâmica costeira no que respeita à transformação da onda, e consequentemente ao aumento/surgimento de galgamentos e de inundações costeiras como resultado da diminuição da largura da praia e da alteração do perfil de praia”, lê-se no relatório. “Este facto poderá ainda ser agravado com a subida do nível médio do mar e a intensificação dos eventos extremos”, acrescenta.

Eventos extremos como as aluviões. No Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma da Madeira há o registo de inúmeras cheias históricas relevantes com impacto na Ribeira de São Vicente, desde 6 de Março 1929 (32 vítimas, 11 casa e 100 palheiros destruídos) até 6 de Novembro de 2012 (incidindo também em Porto Moniz, 6 feridos, 52 desalojados e danos em dezenas de viaturas e 11 habitações). Um aviso também à obra junto à ribeira.

Estudo propõe análise de custo benefício da requalificação em São Vicente



A implantação do projecto de requalificação urbanística sobre ortofotomapa, assim como todas as peças processuais, podem ser consultadas.

Ainda olhando o litoral, o estudo efectuado pela empresa açoreana observa que “os níveis da maré poderão ser superiores aos previstos para as marés astronómicas no caso de ocorrência de depressões atmosféricas” e que “estes fenómenos de sobre-elevação de níveis de água de origem meteorológica (storm surge) ocorrem na ilha da Madeira” e lembra que o próprio Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de São Vicente apresenta a frente mar como “zona de elevada susceptibilidade a inundações e galgamentos costeiros”.

Verifica ainda que os galgamentos costeiros, apesar de não haver qualquer registo de ocorrências entre Maio e Agosto, apresentam uma marcada concentração no mês de Dezembro (41% de todas as ocorrências registadas).

A escarpa sobranceira à frente mar merece também particular atenção, dado o risco de queda de pedras decorrente não só da dinâmica geológica, da erosão marítima, como também das vibrações que poderão resultar da execução dos trabalhos. O estudo recomenda por isso que, durante a fase de construção, seja realizado um estudo geotécnico para avaliar a estabilidade da arriba, com monitorizações diárias de modo a controlar o aparecimento de fissuras e a prevenir queda de materiais rochosos.

Nas considerações finais, o EIA nota que falta informação específica e estudos científicos que permitam avaliar a dinâmica costeira, levando a que sejam propostas “medidas de mitigação mais conservadoras, de

modo a assegurar eventuais impactes mais severos”.

Apesar de admitir que ao nível da dinâmica costeira, geomorfologia, património (geológico), recursos hídricos e ambiente sonoro e vibrações possa resultar constrangimentos, nomeadamente associados à plataforma a construir e à sua manutenção e segurança estrutural, “os principais impactes são passíveis de serem significativamente minimizados ao serem implementadas as medidas de minimização propostas”.

O EIA recomenda, portanto, a realização de um estudo hidromorfológico para avaliar eventuais efeitos causados pela construção da obra marítima, a monitorização das acções hidrodinâmicas a que será submetido o muro, a gestão do calhou rolado de modo a minimizar galgamentos e melhorar a dinâmica costeira, bem como mitigar potenciais impactes sobre a qualidade das águas costeiras.

Nota ainda que a opção de construir a estrutura em betão armado poderá trazer problemas no futuro, devido às fissuras causadas pela salinidade: “ocorrerá uma degradação acelerada das estruturas de betão armado, traduzindo-se em problemas estruturais graves com custos de reparação e manutenção muito elevados”.

A redução da largura total do avanço para Norte sobre o mar e a inclusão de um desenho estrutural que permita a deflexão das ondas são outras recomendações deixadas, assim como o “desenvolvimento de uma análise custo benefício, com ponderação da robustez da obra, alinhamento e configuração da linha de costa, largura de praia, custo da obra e manutenção da mesma”.

Para mitigar o risco de queda de pedras na escarpa sobranceira, é recomendada a instalação de malhas ou redes metálicas na área a intervir, ao longo da marginal da vila.

Não obstante todas as ressalvas, o parecer final do EIA é favorável à execução da obra, desde que acompanhado do vasto conjunto de medidas de minimização e programa de monitorização proposto. “No cômputo geral trará benefícios a nível visual, paisagístico, de segurança e da dinâmica costeira que se sobrepõem aos impactes negativos identificados”, conclui o EIA.

SOBRE O PROJECTO



■ A requalificação da frente mar de São Vicente, que o presidente da autarquia, José António Garcês, pretende colocar no terreno ainda este ano, abrange a marginal entre o restaurante ‘Quebra Mar’ e a boca do túnel da via expresso (Avenida Marcos Marques Rosa), complementada com o melhoramento dos acessos entre a frente mar e a rotonda a sul (Estrada D. João V).

■ O projecto teve em conta “os aspectos financeiros disponíveis bem como o interesse do comércio local, considerado um importante factor dinamizador, e a praia de calhou com o imponente mar sempre presente”. Prevê a construção, junto à praia, de um amplo espaço de estacionamento mantendo-se a circulação de viaturas e o acesso ao casario existente.

■ Sob a escarpa rochosa, onde estão edificadas as unidades comerciais e de restauração, está previsto o aumento do espaço de esplanadas e passeio. A reconstrução dos alpendres e esplanadas existentes terá “uma linguagem uniformizada em termos de materiais (madeira e telha de barro), no sentido de conferir alguma ordem ao caos arquitectónico que entretanto se consolidou”.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

AVENIDA MARCOS MARQUES ROSA:

- Área aproximada de ampliação da frente mar para norte – 950 m²;
- Criação de estacionamentos zona 1 (37 lugares ligeiros e 18 lugares motociclos);
- Estacionamento zona 2 (17 lugares);
- Alpendres propostos em 4 estabelecimentos comerciais;
- Ecoponto subterrâneo – 2 unidades.

ESTRADA DOM JOÃO V:

- Remodelação e ampliação do estacionamento existente zona 3 (56 lugares, sendo dois deles para carregamento de carros eléctricos);
- Criação de novos estacionamentos zona 4 (17 lugares), zona 5 (14 lugares para autocarros) e zona 6 (44 lugares);
- Doca para autocarros – 2;
- Alargamento da via e criação de passeios de ambos os lados;
- Colocação de uma guarda em vidro junto à ribeira proporcionando vista para a capela;
- Ecoponto subterrâneo – 1 unidade.